

LINGUAGEM, IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADES

LANGUAGE, IDENTITY AND PERFORMATIVITY

Clara do Prado Patricio^{*}

Igor Antônio Barreto^{**}

Lucimar Araujo Braga^{***}

RESUMO: Neste artigo, refletimos sobre a linguagem e as performatividades e suas interseções na formação da identidade, considerando as performatividades como atos de fala (Butler, 2017; 2021; Austin, 1990). É a compreensão da linguagem enquanto ação que constantemente recria os significados, inclusive identitários, assim, corroboramos com teóricas e teóricos da linguagem, da teoria *queer*, e das reflexões sobre as dissidências de gênero e sexuais para questionar as normas da ciência linguística, da identidade e da linguagem hegemônicas. Entendemos que as performatividades de identidades de gênero e sexuais se expressam linguisticamente e é por meio da ação linguística que criamos significados e produzimos – enquanto também somos produzidas e produzidos – nosso corpo e a própria linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Identidade. Performatividades.

ABSTRACT: In this article, we explore language, performativity and its intersection in identity formation, considering performativity as the speech acts (Butler, 2017; 2021; Austin, 1990). By understanding language as an action that constantly recreates meanings, including identities, we collaborate with language studies, queer theory, and gender and sexual dissidence to question the hegemonic linguistic science and the identity, and language norms. We understand that gender and sexual performances are expressed linguistically, and it is through linguistic action that we create meanings and produce – while we are also being produced – our bodies and language itself.

KEYWORDS: Language. Identity. Performativity.

^{*} Doutoranda (Universidade Federal do Paraná). E-mail: clappatricio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6869-2088>.

^{**} Mestre (Universidade Estadual de Ponta Grossa). E-mail: igor.ab100@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9867-3657>.

^{***} Doutora (Universidade Estadual de Ponta Grossa). E-mail: lab@uepg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0178-4516>.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa gerada para a conclusão de mestrado de Igor Antonio Barreto, que teve como título *A construção de uma identidade viável na pesquisa LGBT*. O texto conta com contribuições das coautoras, de modo que se organiza em “nós” (primeira pessoa do plural), mas, eventualmente, traz a voz do autor. A origem da maior parte do texto é a pesquisa desenvolvida e constantemente vivida por mim/nós.

Nosso objetivo é apresentar uma reflexão sobre linguagem, performatividades e suas interseções na formação da identidade. Linguagem e identidade estão intrinsecamente ligadas na formação e definição dos seres humanos; a identidade e a linguagem são atributos que os/nos definem como um animal racional capaz de viver em sociedade (Auroux, 2009). A linguagem também pode ser entendida como um símbolo de cultura. Com seu poder, seres humanos podem provocar alterações na forma de vida no planeta Terra.

A linguagem é um instrumento de poder que pode performatizar nuances perversas e excludentes. Ao considerarmos que somos seres da linguagem, também se sabe que a linguagem está relacionada à identidade cultural (Hall, 2006) pois, “a relação indeterminada entre o dizer e o fazer é explorada com sucesso ao privar o dizer de seu poder performativo esperado” (Butler, 2021, p. 157). Um exemplo encontrado em Butler (2017) é o amor de uma criança, que surge antes de qualquer julgamento, embora esteja evidentemente relacionado à vida em sociedade, onde a criança modela seu comportamento com base nos adultos ao seu redor.

A linguagem e a identidade são conceitos presentes na vida humana, e esses atributos são performatividades que se desenvolvem ao longo da existência de uma pessoa. O discurso de valoração e hierarquização de sujeitos com base em categoria binárias, como gênero (homem ou mulher), sexualidade (hétero ou LGBTQIA+), raça e etnia (branco, negro ou indígena), classe (rico ou pobre), entre outros, contribui para gerar essas performatividades ao decorrer dos tempos como metáforas que podem provocar injúrias linguísticas (Butler, 2021), já que os corpos podem, constantemente, ser preservados ou ameaçados pela linguagem.

Este artigo apresenta argumentos sobre essa construção identitária estar intrinsecamente ligada à performatividade da linguagem. “A autonomia no discurso, na medida em que ela existe, é condicionada por uma dependência radical e originária de uma linguagem cuja historicidade excede em todas as direções a história do sujeito falante” (Butler, 2021, p. 55).

A performatividade da linguagem, como bem lembra Butler (2021), pode dar voz ou calar uma pessoa. O resultado das performatividades está relacionado também à questão de poder instalada culturalmente na sociedade. As valorações sobre pessoas orientadas por gênero, sexualidade, classe, raça, etnia ou qualquer outra forma de discriminação, são historicamente construídas através da cultura. Por essa razão, é fundamental a compreensão de que a linguagem pode levar à sobrevivência ou à morte das pessoas.

SOMOS FEITOS DE LINGUAGENS

Linguagem é, assim, irredutível à sua instrumentalidade, irredutível ao seu contexto simples, e inapreensível em sua totalidade.

(Joana Plaza Pinto)

Ao apresentar os autores com os quais dialogamos para construir este trabalho, gostaria que esta seção não fosse compreendida como uma revisão dogmática sobre linguagem e gênero. Aqui, buscamos expressar aquilo que nos molda como pessoas que são “objeto” de pesquisa, pesquisador e pesquisadoras ao longo desses últimos anos. Foi com isso que a universidade pública nos abraçou e nos transformou.

Desta maneira, é possível afirmar que a linguagem constitui os seres humanos e por ela nos inserimos como pessoas no mundo. Conforme apresenta Pinto (2015), o corpo está intrinsecamente unido à linguagem. Nesse sentido, iniciamos esta apresentação reafirmando nossa conexão com uma visão performativa de linguagem (Rajagopalan, 2010). Essa escolha não foi simplesmente uma decisão, mas sim um processo, o de estar com uma teoria de performance. Esse termo nos acompanha porque, a partir da existência e do estudo, compreendemos que é por meio das interações sociais, historicamente hierarquizadas, na construção dos atos de fala, que tomamos consciência daquilo que somos; do que podemos ser; do que nos tornamos (pois há situações da vida que nos exigem), e assim por diante.

Essa defesa da linguagem como performance surge da necessidade que sentimos e que nos domina – principalmente no período de trevas, elaborado pelo quadro político de conservadorismo e emergência da extrema direita, acentuado a partir de 2018 – de discutirmos e refletirmos a relevância da linguagem para a construção das alternâncias para nossas identidades de gênero e sexualidades.

Organizamos essa discussão defendendo que nossas identidades de gênero e sexualidades estão relacionadas às ações linguísticas e performativas, uma vez que somos sujeitos da linguagem. É crucial manter em mente que, ao sermos agentes da linguagem, nossas identidades são constantemente moldadas. Devemos estar atentos a esse processo para manter uma consciência contínua sobre os significados que construímos por meio da ação linguística. Seja este produzido no corpo físico quando por meio dele; nas interações no trabalho; por meio da escrita acadêmica e em todas as infinitas formas de interação. Precisamos dedicar atenção para que esses significados sejam libertadores, em vez de meros reprodutores de um discurso.

LINGUAGEM, PERFORMATIVIDADES E OS ATOS DE FALA

Convivemos em uma realidade volátil. É possível sentir e viver grandes mudanças em um curto período do tempo. A cada momento, com a velocidade que consumimos e acessamos informações, novos sentidos são produzidos e nossos mais variados espaços de interação sofrem transformações simultâneas.

Somos globalizados e capitalizados. Vivemos em um ritmo frenético que nos desconecta da natureza, do bem-estar e da felicidade, enquanto consideramos estar em graus avançados e contínuos da evolução. Entretanto, nosso campo de significados, os modos como utilizamos a linguagem e os modos como nos entendemos, não acompanham o que consideramos ser o “ápice humano”. Ao invés disso, permanecemos vinculados a normas e dispositivos que remontam a Idade Média, conectados a uma ideia binária e de dominação.

Em seu anseio por uma nova linguística, Rajagopalan (2004, p. 33) afirma a necessidade de abandonarmos uma “lógica que nos aprisiona com uma camisa-de-força”, ainda nesse momento, o autor expressa que o caminho é entender a realidade como heterogênea, enquanto “composto de identidades que se acham em permanente estado de renovação e recriação”.

Não há espaço para uma compreensão limitada da linguagem. Nos anos iniciais do curso de Letras, encontramos um livro laranja, o *curso de linguística geral*, de Saussure. Nele nos esforçamos para encaixar e compreender a linguagem, relacionando aspectos sonoros a um conceito – significante e significado. Não é nossa intenção depor o curso de linguística geral, mas utilizá-lo como exemplo para pensarmos sobre o perigo e o risco de compreender que os processos de construção do significado são fixos e estáveis.

Quando nos ancoramos nesse lugar de compreensão binária da linguagem, desconsideramos o potencial renovador e em constante recriação que Rajagopalan (2010) menciona e, assim, traz à tona – a mesma medida que evoluímos – uma nova gama de significados para aquilo que é ser cis, trans, travesti, bicha, bi, sapatão, e assim por diante. Portanto, quando construímos nossas pesquisas nesse campo, é necessário viver a interação, relações humanas e reais, para que não sejamos reprodutores e reproduzidas em uma camisa-de-força.

Por isso, entender a linguagem como uma performatividade é um caminho para uma produção de sentido – na pesquisa acadêmica – capaz de tocar o humano e construir narrativas atuais que realmente demonstram o sofrimento do corpo para se constituir, ou por não ter o poder de se constituir, pessoa humana. Assim, a partir de Rajagopalan (2010), Butler (1997) e Austin (1990), a compreensão da linguagem como resultado de ações performativas resulta em nomeações com significados diversos direcionadas aos seres humanos.

O estudioso e filósofo da linguagem John Langshaw Austin (1990) trouxe revelações e importantes reflexões sobre os estudos da linguagem, seja revolucionando a filosofia analítica, ou questionando postulados da linguística enquanto ciência autônoma. Com isso, fortaleceu e

abriu caminhos para os estudos da linguagem ordinária, impactando os caminhos da filosofia analítica e da linguística.

Durante muito tempo os filósofos acreditaram que o objetivo de alguém, ao declarar alguma coisa, era somente descrever um estado de coisas ou declarar um fato da realidade, e que isso deveria ser verdadeiro ou falso. Já os gramáticos acreditavam que as sentenças não serviam somente para fazer declarações, mas também para fazer perguntas e exclamações, sentenças que expressam ordens, desejos ou concessões (Austin, 1990).

Entretanto, as limitações dessas afirmações fizeram com que gramáticos e filósofos, mesmo ao considerar vagas as questões em relação à sentença e à declaração, que, embora pareçam semelhantes, concordavam que não era tarefa fácil distinguir uma sentença, como pergunta ou ordem etc., de uma simples declaração.

Austin (1990), ao unir a linguagem e a filosofia, rompeu com algumas barreiras entre essas duas áreas de estudo, chamando a atenção para uma teoria que desse conta de explicar o que fazemos quando dizemos algo. Austin se dedicou à reflexão sobre as funções da linguagem, avaliando se sua função seria somente a de descrever a realidade. A isso nomeou de “atos de fala”, os quais dividiu em atos constativos e atos performativos. Uma explicação do autor é que os primeiros descrevem ou expõem algo, enquanto os segundos têm o poder de fazer algo, executar.

Para o filósofo inglês (Austin, 1990), portanto, os atos performativos são os enunciados que, em seus contextos de produção, nos modificam, realizando ações. É possível entender o performativo como a linguagem em ação, que considera a relação entre a linguagem e o mundo, isto é, o que se diz é de fato uma ação, não uma mera descrição da realidade. Isso evidencia que a linguagem é carregada de poder, tendo como objetivo agir sobre o outro e sobre o mundo. Assim, os estudos da linguagem jamais se distanciam do sujeito, sempre analisando os contextos, suas circunstâncias e suas finalidades.

Em sua proposta, como já mencionado, o autor diferenciava esses atos dos atos constativos e a eles caberia a função de descrição, confirmada por meio da verdade ou da falsidade – felicidade e infelicidade.

Um enunciado como “minha roupa é verde” é classificado como descritivo e pode ser atestado por meio da verdade ou falsidade. Todavia, Austin (1990) nos faz debater sobre os exemplos que seguem, retiro-os da obra do autor: I “Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa” – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento. II “Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento, Austin (1990, p.10).

Essas declarações não necessitam de nenhuma análise partindo dos conceitos de verdade ou falsidade, uma vez que eles não são descritores da realidade e assumem um comportamento de realizar ações.

Qual nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento desse tipo?

Proponho denominá-la sentença performativa ou proferimento performativo ou, de forma abreviada, “um performativo”. Evidentemente que esse nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao emitir o proferimento uma ação é realizada não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a “dizer algo” (Austin, 1990, p. 35).

Uma vez que esses atos não são avaliados no contexto de verdade, o autor emprega dois termos que servem de ótica para a avaliação: felizes e infelizes, levando em conta seus impactos na realidade em que são proferidos. Para haver felicidade, o filósofo asseverou o que expressa o título de sua conferência “condições para performativos felizes”, ou seja, para que sejam felizes, deve haver um rito prévio ao que está sendo anunciado e circunstâncias apropriadas, observe:

(A, I) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, em certas circunstâncias; e além disso, que (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado. (8. 1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e (8.2) completo. (1". 1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa a instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso, (r. 2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (Austin, 1990, p.31).

Nos atentemos, mais uma vez, ao tradicional exemplo do batizado. O enunciado “*Eu te batizo, fulaninho*” se torna eficaz, é feliz, se o contexto for uma cerimônia de batismo e enunciada por quem tem licença e autoridade para falar. Para Austin, a infelicidade do enunciado seria o mesmo enunciado sem a cerimônia de batismo e sem uma pessoa com autoridade/licença, resultando no que ele afirma ser um desacerto, um ato sem efeito.

Eu, Igor, em meu primeiro ano de vida, fui batizado na igreja católica e também em um olho d’água. Me lembro de quando, durante a infância, alguém me disse que o batizado ocorrido no olho d’água não era válido. Esse comentário afetou minha felicidade, especialmente por conta da ligação emocional que tinha com minha madrinha “informal”. Mais tarde, compreendi que o afeto ultrapassava as regras das condições para a eficácia do ato de fala sobre minha relação. Esse exemplo clássico ilustra como o poder da linguagem está intrinsecamente ligado ao seu contexto em que é empregado.

No entanto, nos anos noventa, o filósofo se afasta de sua divisão entre o constativo e o performativo, concluindo que todos os atos de fala são, de fato, performativos. Isso equivale a afirmar que o ato de dizer é um ato de fazer. Dessa maneira, entendemos que a linguagem é carregada de poder, com o objetivo de agir sobre o outro e sobre o mundo.

É fundamental a compreensão da linguagem como uma forma de ação, não apenas de descrição do mundo. Incluímos na análise da linguagem uma série de fatores até então excluídos, como o contexto, o sujeito, a ação e seus efeitos. Entende-se que, por trás de tudo que dizemos, há uma responsabilidade. Isso carrega a ideia de que esse ato é um acontecimento com início e fim já definidos. Quando dizemos algo, simultaneamente realizamos algo; tudo que expressamos carrega uma intenção e, conseqüentemente, uma significação.

Dedicamos essa revisão ao ato performativo, pois são as novas óticas sobre e a partir desse conceito que sustentam esta escrita e são aprofundadas na sequência, iniciando com a leitura de Derrida¹ (1979), sobre o performativo. O filósofo se distancia do entendimento austiniiano das condições de felicidade e introduz uma reflexão sobre a maneira como os enunciados se tornam “felizes”, afirmando que isso ocorre por meio da citação ou repetição.

É nesse contexto de citacionalidade e iterabilidade que se insere Judith Butler, que dialoga com Derrida, a partir de Austin. Para essas pessoas, é com a repetição que os atos performativos ganham força em um espaço atemporal, permeado por hierarquias, lutas de classe e poder. Não menos importante está a isto atrelado o contexto da (Nova) Pragmática no Brasil, aqui marcado pela leitura do trabalho da Joana Plaza Pinto (2013; 2015), que insere na discussão um espaço central para nós: o corpo. O corpo é parte da estrutura da relação de poder. O corpo supera a estrutura do ato de fala. Para nós e nossa prática, torna-se impossível dissociar o corpo do discurso, e é com base nisso que fundamentamos a seção sobre gênero.

É importante também mencionar que, no contexto da pragmática (Pinto, 2014), a professora Joana enfatiza, sustentada em Austin (1990), Butler (1997) e Derrida (1990)², a premissa de que as práticas também são performativas, que se transformam em impactos geradores do que se intenciona descrever.

Através da prática da pesquisa e escrita acadêmica, por exemplo, não apenas descrevemos – constativamente – o mundo e o contexto da nossa pesquisa, mas impactamos performativamente o contexto que estamos inseridos e nos referimos. Evocamos isso não para provocar o pensamento sobre o quanto iremos impactar, mas sim sobre o quanto somos já performados e performadas na nossa prática de pesquisa e escrita. Em que nos orientamos? Nossa prática consegue quebrar essa parede da repetição? Estamos nos aproximando de uma produção real do conhecimento? Nossa prática é capaz de afetar os seres humanos que julga defender e descrever?

¹ Leitura apresentada nos artigos de *Nova Pragmática, modos de fazer*.

² As referências são do trabalho citado. As obras que temos são de edições posteriores.

O CORPO, PALCO DE PERFORMATIVIDADES

Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele.

(Texto do então deputado e membro da comissão de direitos humanos Jair Messias Bolsonaro, em 2010, ao programa Participação Popular, na TV Câmara).

Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa.

(Damares Alves, em sua cerimônia de posse no Ministério dos Direitos Humanos, em 2019).

Para trazer consciência para a maneira como compreendemos as relações de gênero e sexualidades, iniciamos com a discussão de Butler (2004) sobre a vida humana. Afinal, isso é o que está acima de tudo, a dignidade da vida.

De certa maneira, a expressão vida humana designa um termo de difícil definição já que o termo humano não significa simplesmente vida e sim que a vida relaciona o humano com o que não é humano e vivente, e assim estabelece o que é humano em meio dessa racionalidade (Butler, 2004, p. 30, tradução nossa).³

Para Butler (2004), o humano só é capaz de ser humano quando se relaciona com o não humano; isto é, a identidade precisa existir em contraposição a outra para se concretizar. Para que o termo “humano” se consolide socialmente, é preciso que justapostamente se concretize o “não humano”. Essas relações não estão distantes; constantemente as concretizamos, mesmo que não tenhamos autonomia ou consciência desse processo.

Cada vez que reproduzimos uma piada que fere o/a negro/a, os/as homossexuais, os/as/es trans, as mulheres, os homens – heterossexuais ou não – afeminados e as mulheres – heterossexuais ou não – masculinizadas, reforçamos nossa condição de humano mais viável para a sociedade, por se aproximar de uma norma que garante maior reconhecimento social: homem, heterossexual, branco e europeu, como já afirmado.

Portanto, nos aproximamos de uma norma que nos dá garantia de um *status* na sociedade? Sim! Butler (2004) nomeia essas normas de códigos de operações de poder, pelas quais se constitui o humano viável e, ressalta, esse poder emerge na linguagem.

³ En cierta manera, la expresión vida humana designa una expresión difícil de manejar ya que el termino humano no califica sencillamente la vida, sino que la vida relaciona el humano con lo que no es humano y viviente y establece lo humano en medio de esta racionalidad. (BUTLER, 2004, p. 30).

Assim, expressamos o conceito de identidade que orienta esta pesquisa: o de uma identidade performativa, uma identidade de performances que transcende a individualidade humana, ou seja, a definição de “eu sou” se dá em função do aceitar ou não de “um outro”, e não parte da individualidade do indivíduo. Uma identidade constantemente associada ao desejo de reconhecimento e *status*.

Para Butler (2004) o indivíduo funciona como uma estrutura de linguagem formação constante e justamente nas relações dialógicas do discurso é que ele se constitui. Como se a identidade fosse um processo de adequação social para, assim, tornar-se humano com identidade viável.

Afinal, enquanto identidades, gênero e sexualidades são caixinhas inventadas com, na e por meio das relações linguísticas. Em todo momento precisamos avaliar o impacto disso ao nosso redor. Continuamente, construímos com a linguagem – fazemos, como coloca Austin (1990), ao passo que, enquanto fazemos, somos constantemente feitos. Ela nos identifica e, ao nos identificar, confere ao corpo o direito à existência na vida. Por isso nos preocupamos que, enquanto professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, estejamos sempre atentos para qual direção nos levam nossos usos da linguagem. A linguagem mata, fere, rouba o direito ao riso, ao amor, à alimentação, ao trabalho, enfim, nela está todas as possibilidades de constituir-se como humano.

Podemos compreender isso ao olhar para os enunciados no entorno dos famosos “chás de revelação” tão populares na internet: “é uma menina!”, “é um menino!”. Em uma rápida pesquisa, vê-se pais emocionados ou frustrados diante das revelações. Uma pessoa não nascida é capaz de provocar diversas reações, mesmo que não haja interação linguística. Isso está contido nas cargas históricas da construção do gênero. Não estamos sugerindo novas maneiras de enunciar o gênero. O “chá de revelação” é apenas um entre inúmeros exemplos de contexto.

Parece que o mais importante é a nitidez quando enunciamos, assim, Butler (2003), quando aborda questões performativas, insere nova possibilidade da ação performativa, admitindo um caráter de prescrição e de interpelação. Com o exemplo, podemos verificar que o corpo é inserido desde o ventre em uma forma; e, por meio da projeção da realidade, essa forma indica aquilo que se espera do corpo, isto é, há padrões legitimados para amar, sentir, vestir, andar, sentar, ouvir, brincar e ter prazer. Isto demonstra o conceito de gênero performado. O gênero será vivido dentro do embate entre o real e o que está popularizado e legitimado. É feliz quem nasce em conformidade.

Este espaço de discussão concorda, portanto, que a pessoa é construída na linguagem e que esse processo não acontece aleatoriamente, mas sim através de uma regulação feroz na qual a pessoa se adequa aos cenários para evitar ter sua vida cerceada. Aqueles que desafiam essas normatividades de gênero e sexualidades são relegados à margem. Compreender a linguagem como performances é crucial para refletir a linguagem em ação, manifestada através do corpo e sua ação ao longo da história.

A identidade é móvel e distante de qualquer forma estática. Afinal, por meio das nossas interações diárias, transformamos outras pessoas e nos transformamos. É partindo de nossa experiência no mundo que construímos nossa forma e maneira de ação social. Abordar sobre identidade torna-se fundamental, pois a linguagem de cada uma das narrativas dará ao corpo aspectos de identidade e subjetividade.

Portanto, consideramos que essa identidade performativa, constituída na performance linguística, está a serviço do processo de subalternização. Este movimento se realiza entre grupos discursivos em condições de hierarquia, um se reformula constantemente para ser aceito por e como o outro.

O entendimento sobre a identidade e a performatividade não se trata da constituição de uma identidade efêmera, ou ainda, da compreensão de que indivíduos podem com frequência viver suas identidades através da adoção de performatividades, mas sim, de que a linguagem interpela o sujeito a ser. As formações ideológicas de determinada sociedade resultam em diversas concepções de masculinidade e feminilidade, e é possível afirmar que ser homem ou mulher hoje não equivale ao que significou no século passado. Este exercício de escrita visa trazer à tona essas amarras, uma vez que a identidade, atrelada à linguagem, está integralmente sujeita às relações de poder que a perpassam.

A tentativa de conceituar identidade não é algo tranquilo. A identidade se torna o exercício o indivíduo faz para ser aceito em um grupo detentor de uma identidade viável. Podemos denominar como “identidade viável” grupos referências para a performativização das identidades. Quando pensamos em uma identidade fixa, associamos a um espaço privilegiado, logo, suas constituições são: homem, heterossexual, jovem, branco, rico e morador dos centros urbanos. O grupo se vale de uma linha de discursos e normas sociais que ditam os requisitos para que nos tornemos humanos ou não. Portanto, o esforço para cumprir os requisitos para ser reconhecido como humano viável é estar configurado ao espaço subalterno da relação de poder. Essa constatação deveria nos motivar enquanto educadores e pesquisadores para que não sejamos um fio condutor desses discursos que dão estabilidade a essa nociva relação de poder. É preciso nomear.

Desta maneira, cada narrativa aqui abordada é produzida por autoras e autores. Tais narrativas são produzidas por um sujeito de fala que, como Pinto (2015) assegura, alguém que produz corporalmente o ato de fala. O ato precisa do corpo, exige o corpo, materializa-se no corpo. A ação no ato de fala e na linguagem é ação no corpo. Considerar essa ação é considerar a relação integral entre o corpo socialmente situado e a linguagem produzida por ele. Butler (2003) assevera que este corpo é como um processo ativo de corporificação de certas possibilidades culturais e históricas. É um processo complexo de apropriação de culturas e normas.

Quando apresentamos nosso conceito de identidade, apresentamos justamente para facilitar a compreensão sobre a definição de gênero. Para Butler (2004), os gêneros são

performativos. Construídos a partir do desejo de reconhecimento que se dá em uma relação dialógica entre o indivíduo e suas agências:

O gênero particular não se faz sozinho. Constantemente o fazemos com o outro, ainda que o outro seja imaginário. O que é chamado de meu próprio gênero às vezes pode aparecer como algo que alguém cria ou que realmente pertence a ele. Entretanto os termos que constroem o gênero se encontram, desde o início fora de nós, em uma sociedade que não tem apenas um autor (Butler, 2004, p.14).

Somos agenciados a sermos homens e mulheres. Se a criança no útero tem um pênis, será um menino, usará azul e não brincará de boneca. Há um construto social sobre o gênero biológico, determinado pelo discurso e pela repetição. Ou seja, é pela repetição dos atos de fala que o corpo é institucionalizado. Entretanto, Butler (2004) esclarece que considerar o gênero como uma atividade performada constantemente não significa considerá-lo um processo automático ou mecânico. A autora o afirma como uma prática de improviso em um cenário constrangedor e de opressão.

Assim, separar o gênero de todos os discursos que promovem a opressão – a injustiça social; favorecendo que os homens ganhem mais que as mulheres; impondo a elas obrigações sub-humanas. Separar do gênero os discursos que condenam as travestis e as pessoas transexuais à prostituição. Separar o gênero do discurso opressor é o melhor caminho para que, no futuro, tenhamos uma sociedade onde o gênero não determine papéis/protagonismo sociais. Não existe uma única forma de ser homem, nem uma única forma de ser mulher. Nem sempre o gênero corresponde ao sexo biológico. Há quem use hormônios, há quem recorra a cirurgias de redesignação. Há quem não se identifique com nenhum gênero. E essa realidade precisa transcender e superar as identidades estabilizadas construídas para os gêneros.

Para Butler (2003, p. 56), o gênero “é a estilização repetida do corpo, uma série de atos repetidos dentro dos quais um enquadramento altamente rígido e regulador se solidifica com o passar do tempo para produzir a aparência de substância, um tipo natural de ser”. Este é um marco em que a compreensão dos gêneros passa a ser entendida a partir do estudo da linguagem, considerando o corpo afetado, ou seja, aquilo regula e cerceia o corpo – quando identifica e imprime o direito à vida – é o aspecto performativo da linguagem, enquanto o afeto e as consequências no corpo são as performances. Por isso, denominamos esta seção “*O corpo, palco de performatividade*”. Afinal, é o corpo que recebe o impacto daquilo que é dito, escrito, compreendido, reproduzido e violentado. Portanto, é crucial lembrar que esses aspectos deveriam ser indissociáveis na pesquisa. É preocupante avançar na pesquisa sobre gênero e sexualidades sem considerar que linguagem e corpo estão interligados como siameses. O discurso não passa fome; não é subjugado no mercado de trabalho, não sofre violência nas ruas, nem é negado em casa, nem é impedido de amar. É urgente que, enquanto ocupantes de

um espaço privilegiado, sejamos propositoras e propositores de um novo horizonte, no qual a vida humana seja nossa preocupação integral.

Sabemos que não estamos imunes a pensar em categorias de gênero neste campo de trabalho. Não estamos propondo refutações. Todas as discussões nesse campo certamente são transformadoras da realidade em que se situam. Contudo, é preciso ter nitidez quanto aos nossos objetivos nesses processos de escrita e produção. Cada um deles é uma chance de transformação real. No entanto, como garantir um processo eficaz quando nos aproximamos cada vez mais de um modelo neoliberal dentro de nossos ambientes de atuação? Um modelo no qual a produção escrita é exigida em massa e em rankings, sem considerar seus aspectos afirmativos.

Mencionando o termo “categoria”, no parágrafo anterior, gostaríamos de apontar que Butler (2003) redige sobre a ânsia de separar ou esmiuçar algo em uma determinada categoria identitária: quando categorizamos, damos sentido e tornamos real. Tornamos real, pois isso passa a fazer parte de nós mesmas/os e, em cada espaço onde impactamos outras identidades, materializaremos essas categorias às quais nos apegamos e que nos afastam do que é real.

É por meio da linguagem que aprendemos a nos comportar e entendemos quais espaços podemos ocupar. É através da linguagem que sabemos quais funções sociais podemos desempenhar. Para Butler (2003), a identidade é produzida na linguagem, pela linguagem. É ela quem nos libertará. Isso é o que configura uma visão performativa de gênero. O gênero pode ser construído com o que expressamos, por meio da atividade do nosso corpo.

Acredite, eu, Igor, tenho receio de usar camisetas com temáticas LGBT, ao passo que adoraria usar sempre. Sonho, em uma das minhas aulas sobre *Grande Sertão: Veredas*, afirmar que Riobaldo de fato se apaixonou por Diadorim, dizer que quando Riobaldo declara que “Diadorim é minha neblina”, ele está perdidamente apaixonado por um corpo que não era o feminino. São performances que nossos corpos encenam para existir e, para Butler (2003), esse fazer o gênero pela linguagem dialoga com o uso de máscaras.

Essa relação gênero/máscara gerou inúmeras e pesadas críticas à obra de Butler, como aquelas tecidas por Spivak (2010). De fato, Butler fala de um espaço que diverge de nossa realidade latino-americana. Ela é branca, professora universitária, estadunidense e, por vezes, esquece que há quem não possua o direito de performar.

Portanto, é justificável quando criticamos a obra de Butler ao imprimir a ideia de que o gênero seria algo fácil e acessível ao sujeito, para ser alternado conforme a vontade das pessoas. Isso é problemático, pois há aqueles que têm o direito nato a essa alternância e aqueles que não o têm. Um homem branco que usa perucas, com trejeitos femininos, muitas vezes tem seus discursos validados, em detrimento de uma travesti, por exemplo.

Contudo, o que Butler (2003) propõe é a compreensão de gênero como uma sobreposição dessas máscaras. Uma sobreposição contínua. E é a partir desse aspecto que aprendi a entender gênero, como se fosse o gênero uma adequação constante que se materializa.

A consequência é que o que seria um disfarce e proteção para o rosto real passa a ser naturalizado, a ponto de não ser mais possível distinguir aquilo que é performance e aquilo que é gênero. Passamos por tantos processos de regulação da nossa expressão, por tantos processos de busca para nos tornarmos viáveis, legítimos, aceitos, que já não sabemos mais de onde partimos e nem se queríamos chegar a algum lugar. Como professoras e professor, sentimos muito que seja tão complexo estudar a linguagem sob esta ótica. Os censores estão sempre de plantão.

Eu, Igor, gosto demais de abordar esse assunto por meio da obra *Persona*, de Clarice Lispector. Mesmo tendo clareza de que a agonia dela era outra, ela expõe perfeitamente o que aqui discutimos:

Não, não é que se faça mal em deixar o próprio rosto exposto à sensibilidade. Mas é que esse rosto que estava nu poderia, ao ferir-se, fechar-se sozinho em súbita máscara involuntária e terrível. É, pois, menos perigoso escolher sozinho ser uma **pessoa**. Escolher a própria máscara é o primeiro gesto voluntário humano. E solitário. Mas quando enfim se afivela a máscara daquilo que se escolheu para representar-se e representar o mundo, o corpo ganha uma nova firmeza, a cabeça ergue-se altiva como a de quem superou um obstáculo. (Lispector, 1999, p. 80).

Escolher a própria máscara é o primeiro gesto humano. Por isso, mencionamos anteriormente que sempre somos agenciados; aqueles que nos precedem nos categorizam homens e mulheres, e com base na anatomia do sexo, firma-se um contrato para os comportamentos humanos. Essa concepção demonstra a existência de uma rigidez para com determinadas performances, isto é, há ações que são reconhecidas e legitimadas pela nossa relação linguística, histórica e social. De um homem, hétero ou não, espera-se que atue dentro do que cabe a essa categoria. Do contrário, as punições estão sempre à espreita.

Talvez estejamos sendo um pouco insistente afirmando gênero como performance, entretanto o fazemos para que, como educadores e educadoras, pesquisadores e pesquisadoras, possamos parar e refletir de que modo contribuimos com a legitimação dessas performatividades. Somos capazes de romper com isso? Somos capazes de visualizar e fazer com que outros visualizem? Nosso trabalho docente vai muito além do respeito; é a ética de nossa profissão contribuir para a liberdade dos corpos.

Assim, Butler (2003) apresenta o conceito de “matriz de inteligibilidade de gênero”, que registra a atuação para a reprodução de ideias binárias, separando os corpos em dois grupos,

o masculino e o feminino. Essa constatação serve para questionar os artifícios socioculturais que alimentam e sustentam o que a filósofa chamou de matriz de inteligibilidade de gênero.

Guacira Lopes Louro (2012) nos apresenta outra concepção, o da heterossexualidade e cisgeneridade compulsória, vinculando à heterossexualidade e cisgeneridade conceitos como naturalidade, universalidade e normalidade, e assim estabelecendo o que é considerado estranho, anormal e antinatural. Abigail Campos Leal (2021) expressa essa discussão por meio da expressão “corpos biopoliticamente designados” e “terrorismo cis-héteros”.

Todas essas autoras apontam, portanto, que nossas subjetividades estão fortemente atreladas ao caráter binário dos gêneros. Destacamos especialmente o espaço ocupado por Abigail para afirmar a pressão e manutenção do Estado sobre nossos corpos, principalmente aqueles que são dissidentes das categorias legitimadas.

Quando nossos corpos e performances entram em conflito com aquilo que está legitimado, são categorizados como “corpos problema”. Veja bem, em contextos educacionais, nossa dificuldade em lidar com uma identidade que escapa de nossa compreensão, fortemente amarrada à matriz de compreensão binária do gênero, nos torna, sem dúvida, o que Leal (2021) chama de “terroristas da cis-heteronormatividade”.

Michel Foucault (1994), em sua *História da Sexualidade – A vontade de Saber*, aponta que o termo sexualidade surgiu no século XIX e que seu uso esteve sempre relacionado ao surgimento e à organização de diversos campos responsáveis por gerir o comportamento humano.

Assim, conduz à compreensão de que a sexualidade não é uma constante universal, mas sim de uma construção discursiva marcada historicamente. Em outras palavras, o discurso em torno do sexo é permeado pela história e, em cada momento histórico, houve uma maneira de configurar o sexo. Nossas sexualidades podem ser produtos de dispositivos que regem e nos coagem.

O autor, ao produzir sua história da sexualidade, nega a existência de uma repressão literal das sexualidades. Ao longo de sua análise histórica, assevera a tênue linha entre as sexualidades e o poder, ao afirmar que o sexo não foi necessariamente interdito ou proibido, mas sim alvo de um processo de incitação e discursivização.

A sexualidade, discursivizada, expandiu-se no espaço do exercício do poder. As instituições que detinham o poder e o conhecimento durante o século XVII criaram mecanismos para falar sobre o sexo, e para falar dele cada vez mais, de forma detalhada e explícita (Foucault, 1994). O próprio desejo é incitado e moldado para, em seguida, ser condenado. O mecanismo original usado para essa produção de uma realidade discursiva que é usada para administrar os indivíduos é, segundo Foucault (1994), o sacramento da confissão da Igreja Católica.

O confessionário é apresentado como uma fábrica de verdades. O indivíduo é incitado a confessar, a discursivizar seu sexo com os mais sórdidos detalhes (Foucault, 1994) e, depois, cumprir penitências pelo seu pecado tornado discurso. Um exame minucioso de como a

população se relacionava com sua prática sexual, justamente para trazer à tona aos poderosos se estaria essa população “seguindo as regras”, ou se estavam desviando da norma preestabelecida, na tentativa de impedir que as sexualidades polimorfas fossem vividas.

Constatamos então que a soma de todos esses fatores históricos e do discurso é a produção de uma infinidade de verdades que nos assombram até hoje: a heteronormatividade na sexualidade, o ideal de lícito e ilícito nas relações humanas e nosso pudor e hipocrisia ao falar do nosso sexo. Segundo Foucault (1994), no final do século XVIII, a pastoral cristã, o direito canônico e a lei civil foram as grandes agências que induziram tais verdades e estabeleceram o limite entre o que é sexualmente lícito e não lícito.

Nós estamos tão seguros da nossa identidade privilegiada que tendemos a enxergar o problema como sendo nosso aluno trans, nosso aluno afeminado, nossa aluna travesti, nossa aluna sapatão, ou nossas alunas e alunos que rompem com o que lhes está designado. No entanto, o problema não está neles, mas sim em nós e na forma como fomos moldados ao longo do tempo. Não há dúvida de que o impacto de nossa postura na escola é o principal motivo da evasão dessas pessoas. É evidente: quem deseja permanecer em um espaço onde não possui o direito de ser quem é, ou onde é visto como um problema?

Estamos nesse aparte de falar como professoras e professor porque reconhecemos que transformar esse espaço não é uma tarefa simples. Sentimos medo das inúmeras consequências. Muitas vezes, preferimos proteger essas nossas alunas e nossos alunos LGBTQ+ no armário (embora muitos de nós prefiram ignorar esse fato). Mais que formação profissional e recursos materiais, falta-nos reconhecer nosso privilégio e romper com a ideia de que o problema está sempre no indivíduo dissidente. Até quando, em nome do nosso conforto, continuaremos a abrir mão disso? Até quando, em nome do nosso próprio conforto, evitaremos agir e transformar essas situações à luz do dia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como seres humanos, precisamos desafiar vigorosamente esse molde, atuando como estranhos, como agentes subversivos, para que assim novos efeitos e sentidos sejam constantemente produzidos na linguagem. Precisamos refletir como seres linguísticos sobre a possibilidade de romper com os limites do gênero, possibilitando fluidez nessas categorias: “homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (Butler, 2003, p. 25).

Isso, evidentemente, visa contribuir com uma nova concepção do que entendemos como vida humana, promovendo fluidez nas categorias para a construção da dignidade humana. Contudo, nos preocupa profundamente quando nos deparamos com pessoas muito próximas a

nós, professores viados, pesquisadoras sapatonas, pessoas dissidentes na academia, e até mesmo quem se apossa dessa possibilidade, e faz dela um recurso da própria felicidade. Sabemos que ninguém possui essa obrigação. Porém, somos muitos e muitas passando fome e sendo assassinados, para que o nosso ápice de transgressão seja formar uma comunidade LGBTQ+ branca e simpatizantes assentada em privilégios ignorando as violências que alcançam uma maioria que não tem as mesmas possibilidades.

Como firmamos nosso trabalho nesse campo da performatividade, e concordando que os gêneros assumem essa característica, buscamos expressar a importância de nos conectarmos enquanto comunidade dar voz às diversas faces das performatividades de gênero e sexualidades. Falar com e estar junto é essencial para que possamos construir uma nova visão de nós e do mundo. Por isso, buscamos a narrativa de pessoas que, comigo (e conosco) formam esse espaço identitário, mesmo que de distintas maneiras.

A noção de identidade performativa como construção social é atribuída também à sexualidade por Judith Butler (2004), que não a aborda de maneira simplista. Embora, se feito uma leitura descuidada, é possível pensar que uma contradição existe; uma vez que a autora afirma que as normas não exercem um controle integral sobre as identidades. A autora nos apresenta essa concepção com base no ideal da psicanálise: de que as sexualidades humanas não podem ser capturadas por nenhuma regra e de que as sexualidades não podem nunca se reduzir a um efeito de uma ou outra operação de poder. Entretanto, segue asseverando que isso não significa serem as sexualidades um aspecto da identidade que escapa de sua teoria, sendo, assim, livre e selvagem (Butler, 2004).

A sexualidade funciona como uma maneira de transportar significados sobre entendimentos, afinal, o discurso de que o gênero deverá definir a sexualidade é estrutural na sociedade brasileira, trata-se da concepção de identidade cultural, de Hall (2006). Um exemplo disso é a grande incompreensão acerca das pessoas trans, lésbicas ou gays. A grosso modo, não faz mais sentido um ser masculino biologicamente redesignar-se feminino e atrair-se por mulheres, ou, ao contrário, então, seriam duplos: a subalternização por meio do discurso e o pecado.

Essas performatividades de gênero e sexuais se expressam com, na e por meio da linguagem; criamos significados pela ação linguística e produzimos – enquanto somos também produzidas e produzidos – nosso corpo na fala e nas escutas. Ao reportá-las em textos e espaços acadêmicos, geramos impactos e é sobre esses efeitos que buscamos discutir neste artigo, defendendo a identidade enquanto performatividade, também no corpo da linguagem, intrinsecamente conectada ao(s) corpo(s).

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábora Editorial, 2009.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer** - palavras e ação. Trad.: Danilo Marcondes. Porto Alegre: Conferência 2, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000
- BUTLER, Judith. **Deshaciendo Géneros**. Barcelona: Paidós 2004.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução por Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio: Uma Política do Performativo**. Trad.: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Unesp, 2021.
- DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Paris: Galilée, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: A vontade de saber**. 12 ed. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEAL, abigail. **Ex/orbitâncias**. Os caminhos da deserção de gênero. São Paulo: Glac Edições, 2021.
- LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Um debate contemporâneo da Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- PINTO, Joana Plaza. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, v. 33, p.117-138, 2015.
- PINTO, Joana Plaza. **Imagens que falam, silêncios que organizam: sexualidade e marcas de homofobia em livros didáticos brasileiros**. Currículo sem Fronteiras, 2013.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão da ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica** – linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Editora Parábola, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova Pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido para publicação em: 17 maio 2023.

Aceito para publicação em: 4 jan. 2024.